



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

PROJETO DE LEI nº 3.318, de 2004

“Cria fundo constituído por 5% (cinco por cento) da arrecadação dos *royaltys*, pagos em decorrência da extração de petróleo, para ser investido nos 10 (dez) Municípios, com IDH mais baixo, nos Estados da Federação beneficiados com os *royaltys* pagos”.

Autor: **Deputado CARLOS RODRIGUES**

Relator: **Deputado MOREIRA FRANCO**

1. RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe intenciona a criação de um fundo constituído por cinco por cento da arrecadação dos *royalties* devidos em decorrência da produção de petróleo no País, para a distribuição entre os dez municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada estado da Federação produtor de petróleo.

O Autor do projeto justifica que a iniciativa tem por objetivo dar melhor distribuição aos recursos decorrentes da extração do petróleo no País, inclusive para o seu estado de origem, em cujos municípios a pobreza se alastra e a população mais carente sofre com a falta dos recursos públicos.

O feito vem a esta comissão para verificação prévia da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

2. VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 53 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão o exame dos aspectos financeiros e orçamentários públicos, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, e o exame do mérito, quando for o caso.

A análise do projeto de lei deve ser realizada à luz do art. 6º da Norma Interna desta Comissão, aprovada em 29 de maio de 1996, que dispõe:

“Art. 6º É inadequada orçamentária e financeiramente a proposição que cria ou prevê a criação de fundos com recursos da União.

Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto no *caput* deste artigo, observadas as demais disposições desta Norma Interna e desde que a proposição contenha regras precisas sobre a gestão, funcionamento e controle do fundo, os casos em que:

I – o fundo a ser criado seja de relevante interesse econômico ou social para o País; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

II – as atribuições previstas para o fundo não puderem ser realizadas pela estrutura departamental da Administração Pública.”

O projeto de lei em comento contraria o *caput* do art. 6º, acima, ao propor a criação de fundo com arrecadação que englobaria recursos da União, entre outros, de acordo com a legislação vigente que trata da pertinência e distribuição dos *royalties* devidos nas operações de produção de petróleo.

Consideramos que o mencionado fundo, inclusive por se restringir somente a dez municípios de cada estado da Federação produtor de petróleo, não se inclui na exceção prevista no inciso I do art. 6º, acima.

De conformidade com o art. 10 da Norma Interna desta Comissão, e em decorrência do voto abaixo proferido, não foi analisado o mérito da proposição.

Diante do exposto, manifesto-me pela **INCOMPATIBILIDADE E INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** do Projeto de Lei nº 3.318, de 2004.

Sala da Comissão, em

Deputado MOREIRA FRANCO
Relator